
Perspectivas de gênero e sexualidade: uma análise qualitativa de evento científico
Gender and Sexuality Perspectives: A Qualitative Analysis of Scientific Event
Perspectivas de género y sexualidad: análisis cualitativo de evento científico

12

Recibido: 19/05/2024

Aprobado: 9/02/2025

Este artículo ha sido aprobado por la editora, Dra. Susana Graciela Pérez Barrera

Maria Luiza Adoryan Machado ¹

Maria Carolina Magedantz ²

Betina Hillesheim ³

Resumo

Com base nas críticas de Louro e Butler sobre como a academia reproduz normas hegemônicas de gênero e sexualidade, este estudo qualitativo analisa como esses conceitos são tratados em um evento de iniciação científica de uma universidade comunitária no Rio Grande do Sul, Brasil. Foram selecionados resumos apresentados no Seminário de Iniciação Científica, utilizando descritores relacionados a gênero e sexualidade. A metodologia incluiu a Análise do Discurso (AD) sob uma perspectiva feminista pós-estruturalista, abordando a materialidade linguística dos textos, as formações discursivas e os processos ideológicos. Os passos envolveram a busca nos anais eletrônicos, a leitura dos resumos, a construção de um panorama e a problematização dos discursos. Os resultados evidenciaram três perspectivas teóricas predominantes e um baixo percentual de trabalhos que abordam gênero e sexualidade. O estudo ressalta a importância de problematizar esses conceitos no âmbito acadêmico, destacando-os como marcadores sociais fundamentais na

¹ Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC, Brasil). Doutoranda em Psicologia na Universidad Católica de Colombia (Bogotá D.C.), com bolsa integral de ICETEX pelo governo colombiano. Pesquisadora-líder no Semillero POLITEIA e integrante do grupo de pesquisa EUROPISIS da Universidad Católica de Colombia. E-mail: mladoryan61@ucatolica.edu.co ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1131-7973>

² Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC, Brasil). Mestranda em Promoção da Saúde pela Universidade de Santa Cruz do Sul, bolsista PROSUC/CAPES (2024-2026). Especialista em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional pela Escola de Saúde Pública (ESP) de Florianópolis. E-mail: magedanz@mx2.unisc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0461-2018>

³ Docente na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC, Brasil). E-mail: betina@unisc.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9486-5459>

organização da sociedade, da cultura e nos processos de subjetivação em diferentes contextos histórico-sociais.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, análise do discurso

Abstract

Based on the critiques of Louro and Butler regarding how academia reproduces hegemonic norms of gender and sexuality, this qualitative study analyzes how these concepts are addressed in a scientific initiation event at a community university in Rio Grande do Sul, Brazil. Abstracts presented at the Scientific Initiation Seminar were selected using descriptors related to gender and sexuality. The methodology included Discourse Analysis (DA) from a feminist post-structuralist perspective, addressing the linguistic materiality of the texts, discursive formations, and ideological processes. The steps involved searching electronic records, reading the abstracts, constructing an overview, and problematizing the discourses. The results revealed three predominant theoretical perspectives and a low percentage of works addressing gender and sexuality. The study highlights the importance of problematizing these concepts in academia, emphasizing their role as key social markers in the organization of society, culture, and processes of subjectivation within various historical and social frameworks.

Keywords: gender, sexuality, discourse analysis

Resumen

Partiendo de las críticas de Louro y Butler sobre cómo la academia reproduce normas hegemónicas de género y sexualidad, este estudio cualitativo analiza cómo estos conceptos son tratados en un evento de iniciación científica de una universidad comunitaria en Rio Grande do Sul, Brasil. Se seleccionaron resúmenes presentados en el Seminario de Iniciación Científica, mediante descriptores relacionados con género y sexualidad. La metodología incluyó el Análisis del Discurso (AD) desde una perspectiva feminista posestructuralista, abordando la materialidad lingüística de los textos, las formaciones discursivas y los procesos ideológicos. Los pasos incluyeron la búsqueda en anales electrónicos, lectura de los resúmenes, construcción de un panorama y problematización de discursos. Los resultados evidenciaron tres perspectivas teóricas predominantes y un bajo porcentaje de trabajos que abordan género y sexualidad. Se resalta la importancia de problematizar estos conceptos en el ámbito académico, destacándolos como marcadores sociales clave en la organización de la sociedad, la cultura y los procesos de subjetivación en distintos marcos históricosociales.

Palabras clave: género, sexualidad, análisis del discurso

Caminhos introdutórios: contextualização histórica

Propor uma pesquisa sobre os temas de gênero e sexualidade em âmbito acadêmico demanda uma breve contextualização histórica. Conforme apontado por Souza (2017), a legitimidade científica frequentemente aciona os conceitos de sexualidade e gênero sob um discurso biologicista que reconhece o corpo humano como dotado ou não de capacidades reprodutivas. Essa perspectiva está conectada a áreas como anatomia, fisiologia e genética, que produzem e institucionalizam naturalizações essencialistas em torno de tais temas.

De acordo com Espín (2003), nos estudos desenvolvidos por John Money e Robert Stoller, em meados dos anos 50 e 60, aborda-se pela primeira vez a relação entre sexo e gênero, a partir de seus trabalhos com hermafroditas e transexuais. Sob a ótica de tais autores, a definição de gênero como categoria surge da necessidade de diferenciar o sexo na ordem biológica, que inclui o genético, hormonal, cromossômico e fisiológico, e o gênero como construção social do feminino e masculino. Antes disso, não existia uma distinção clara entre gênero e sexualidade, pois ambos termos acionavam as categorias generalistas "feminino" e "masculino", como um binômio que rotula e generaliza diferenças corporais, reforçando construções normativas que perpetuam tais distinções enfocadas apenas em questões biológicas.

Em contrapartida, Foucault (2005) trabalha com o conceito de sexualidade enquanto um dispositivo criado em cada tempo e presente nas sociedades. Assim, enquanto dispositivo, a sexualidade atua produzindo e normatizando os sujeitos e suas práticas através das redes discursivas que os saberes, presentes em determinada época, produzem acerca da sexualidade (Foucault, 2005). Sobre este mesmo tema, Louro (2000, p. 11) aponta que o conceito de sexualidade

[...] envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas.

Avanços nos estudos de gênero

Na obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler (2003) lança mão de diversas reflexões e (des)construções acerca dos temas de gênero e sexualidade, consideradas um marco histórico nos estudos feministas em diversas áreas de conhecimento. A autora apresenta problematizações quanto às questões de gênero, que são entrelaçadas com uma ideia de sexualidade supostamente natural, apontando para novas formas de pensar este conceito que indicam para um marcador social performativo que produz e normatiza o gênero através da linguagem, do discurso e das práticas presentes e reforçadas na sociedade. A autora também destaca a necessidade de retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorre do sexo, pois "talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de

tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (p. 25).

Sendo assim, segundo Espín (2003), o desenvolvimento do conceito de gênero tem permitido analisar os rótulos criados e reproduzidos ao longo do tempo sobre o que é ser homem e ser mulher nas diferentes culturas. Esses rótulos são construídos a partir de uma diferença sexual biológica e dos papéis atribuídos a cada um. O autor aponta que, inicialmente, o gênero se define como a rede de crenças, desafios, atitudes, sentimentos, valores, condutas e atividades que diferenciam as mulheres dos homens, fruto de um processo histórico de construção social. Com o passar do tempo, os estudos de gênero começaram a evidenciar a inconsistência dos enfoques biologicistas que buscavam legitimar uma "superioridade" masculina (Espín, 2003). Essa evolução, segundo o autor, foi impulsionada pelas conquistas dos movimentos feministas e suas contribuições científicas, que têm desempenhado um papel essencial na desarticulação de tais esquemas do imaginário social. Assim, essas mudanças possibilitam a formulação de novas estratégias que promovem a constante desconstrução do que é ser mulher e do que é ser homem na sociedade contemporânea (Espín, 2003), com o fim de promover justiça social e equidade.

Desta forma, Souza (2017) afirma que o conceito de gênero é atravessado por múltiplas questões que constroem a identidade dos sujeitos, isto é, “que engloba processos sociais, culturais e linguísticos” (p.3) e que produz diferenças, nomeando corpos como sexuados e generificados. Desse modo, é válido analisar o conceito de gênero como um marcador social da diferença, visto que “[...] enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995, p. 76). Toneli (2012) afirma que o gênero, portanto, cria o sexo e não a evidência de seu contrário. Nessa perspectiva, a compreensão de gênero como um construto social permite desconstruir a ilusória evidência do sexo biológico como demarcador definitivo dos limites identitários, revelando sua natureza historicamente situada e culturalmente construída.

Problemáticas no âmbito escolar e acadêmico

Partindo de tal discussão, autores como Souza (2017) e Louro (2000) destacam a necessidade de se problematizar os modos como os discursos biológicos têm sido empregados em âmbito escolar/acadêmico, pois tais normatizações (re)produzidas e naturalizadas contribuem para uma visão limitada acerca de sexualidade e de gênero que, em efeito, estão permeadas por preconceitos e discriminações. Nesse sentido, ampliar e aprofundar os conceitos de gênero e sexualidade no âmbito acadêmico revela-se essencial para a formação de sujeitos críticos e reflexivos. Assim, tal formação é indispensável para que se compreendam os marcadores sociais da diferença e a diversidade de identidades que nos constituem como seres sociais. Como apontam as autoras Louro (2000) e Butler (2003), gênero e sexualidade são construções sociais que operam em contextos históricos e culturais específicos, estruturando relações de poder e normatividades que influenciam diretamente a constituição das identidades. Essas perspectivas destacam a importância de problematizar tais conceitos como ferramentas analíticas críticas, capazes de desestabilizar hierarquias e promover uma maior compreensão das dinâmicas de

exclusão e inclusão na sociedade. Além disso, a abordagem crítica e reflexiva sobre gênero e sexualidade promove um ambiente acadêmico mais inclusivo e preparado para lidar com as complexidades da sociedade contemporânea (Louro, 1995; 2000).

Assim, é importante compreender que o(s) gênero(s) e a(s) sexualidade(s) organizam a sociedade e a cultura (Scott, 1995; Souza, 2017) e que se torna imprescindível estudar sobre gênero e sexualidade como marcadores produzidos a partir de um contexto e que subjetiva os sujeitos, produzindo discursos normativos e reguladores. Desta forma, o presente estudo foi desenvolvido a partir do seguinte problema de pesquisa: Como os temas de gênero e sexualidade estão sendo acionados no âmbito acadêmico, especificamente em um evento de iniciação científica de uma universidade comunitária ao sul do Brasil?

O presente trabalho se propõe a apresentar um breve panorama de como os conceitos de gênero e sexualidade estão sendo apontados nas produções científicas em âmbito acadêmico, especificamente nas edições de um evento de iniciação científica. Para tanto, a partir de análise qualitativa dos resumos apresentados em um evento anual que ocorre em uma universidade comunitária no interior do Rio Grande do Sul, a pesquisa teve como objetivo de realizar uma análise, com base na Análise de Discurso, sobre tais produções, e assim, através dos estudos feministas e sob uma abordagem teórica pós-estruturalista, se apresentarão algumas problematizações a partir dos achados e de referencial teórico.

Neste estudo, partimos da importância a ser dada as discussões de maior amplitude sobre gênero e sexualidade na educação, e mais especificamente no âmbito acadêmico, pois segundo Alves e Silva (2016), o contexto das universidades é visto como um local onde acontece a socialização e formação das cidadãs e dos cidadãos, além de profissionalizá-las/os. Logo, produz e normaliza comportamentos e conhecimentos, configurando espécies de tensões onde discursos poderão (ou, não) ser construídos, desconstruídos e reconstruídos. Conforme os autores ainda ressaltam, é necessário valorizar as diversidades através do currículo, dando voz a discussões de gênero e sexualidade na academia, não padronizando os sujeitos, havendo, então, uma verdadeira democratização em dado contexto.

Desta forma, o gênero e sexualidade no âmbito da educação caracteriza-se como de extrema importância, visto que o meio escolar é onde os sujeitos entram em contato com outras pessoas e realidades para além do seu contexto familiar. Portanto, incluir tal temática é fundamental para a construção de um ambiente escolar democrático e inclusivo (Soares e Monteiro, 2019).

Segundo César (2009, p. 37),

Muitos projetos e iniciativas de educação sexual pontuaram a história da educação no Brasil e o encontro com a perspectiva de gênero sempre foi problemática. Nos anos de 1990, com o aparecimento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a sexualidade e o gênero passaram a habitar os discursos e as práticas educacionais brasileiros de forma mais bem instalada, mas não menos conflituosa.

O mesmo autor aponta que o (re)encontro da sexualidade com as novas perspectivas dos estudos feministas sobre a questão do(s) gênero(s) é decisivo na

desconstrução da dicotomia masculino/feminino, assim como das características que compõem o arranjo de feminilidades e masculinidades na sociedade (César, 2009).

Psicologia, gênero e sexualidade

Relacionando tais discussões e realidades de estudos com o âmbito da Psicologia, Borges e colaboradores (2013) apontam que a interdisciplinaridade surge como ferramenta fundamental no que tange às discussões sobre gênero e sexualidade, assim como atribuem grande importância à Psicologia nesse (constante) processo de problematização. As mesmas autoras indicam que

[...] a incorporação de uma ótica de gênero pode ser entendida como um dos grandes desafios que a Psicologia tradicional tem enfrentado, na medida em que ele exige, de um campo eminentemente neutro [...] além de desafiante, produz efeitos vantajosos para a Psicologia, pois exige que essa ciência se desloque do que é familiar/disciplinar/conhecido e busque caminhos menos domesticados para construirmos uma trajetória que prime pela intensificação do diálogo interdisciplinar (Borges et al., 2013, p. 733).

Desta forma, os discursos sobre gênero e sobre sexualidade foram, ao longo da história, construídos e reconstruídos pelos discursos das ciências, o que inclui o campo do saber da Psicologia. Seguindo o contexto histórico, inicialmente, a Psicologia se ocupa de discutir tais temas sob uma perspectiva positivista, focando um indivíduo deslocado de seu contexto histórico, cultural e político e nos aspectos que se diferenciavam homens de mulheres.

A partir de então, para Harding (1986 citado por Nogueira, 2001), surgem duas perspectivas no campo da Psicologia acerca dos estudos de gênero, a empiricista e a pós-moderna. A perspectiva empiricista divide-se entre uma visão mais essencialista – onde as características de gênero e sexualidade seriam naturais e as diferenças inatas e estáveis entre os sexos, que definiriam personalidades e capacidades cognitivas entre os sujeitos – e outra com enfoque na socialização – em que gênero não seria inato ao sujeito, mas produzido por forças sociais e culturais e apreendidos pelos sujeitos emocional e cognitivamente, sendo reproduzidos através de papéis, dicotômicos, socialmente desempenhados.

Já a perspectiva pós-moderna traz a linguagem e as relações sociais como questões centrais e não mais o indivíduo assujeitado ou descolado de seu contexto. Assim, parte-se da negação de uma verdade universal e absoluta sobre gênero e sexualidade, definindo que as identidades são construídas em conflitos múltiplos e constantes, dentro de relações sociais inseridas em um contexto social e cultural (Nogueira, 2001).

Por fim, entender as questões de gênero e sexualidade enquanto dispositivos de controle e de produção de subjetividades nos diferentes contextos históricos e na atualidade, se faz necessário para o campo da Psicologia, visto que este saber se incumbe de produzir e reproduzir entendimentos acerca da constituição dos sujeitos, enquanto indivíduos possuidores de subjetividades, e de psiquismos resultantes de desenvolvimentos cognitivos e sexuais (Anjos e Lima, 2016). Ao (re)produzir esses entendimentos, se produz, também, efeitos de subjetivação em seus discursos ao estabelecer o que seria um desenvolvimento “normal” de um “anormal”, através de

“diagnósticos”, além de definir tratamentos baseados na definição de normalidade (Anjos e Lima, 2016).

Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa sobre os temas de gênero e sexualidade em âmbito acadêmico, utilizando como corpus os resumos apresentados no Seminário de Iniciação Científica (SIC) de uma universidade comunitária no interior do Rio Grande do Sul, entre 2013 e 2019. Os critérios de inclusão foram baseados na presença de descritores como Gênero, Sexualidade, Identidade de Gênero, Feminilidades, Masculinidades, entre outros.

A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2001), não busca medir a realidade, mas compreender os significados atribuídos pelos sujeitos, possibilitando uma análise aprofundada de fenômenos sociais, culturais e históricos. Como ressalta Flick (2009), essa abordagem enfatiza a construção dos sentidos, considerando a subjetividade e as experiências dos participantes como aspectos centrais do processo investigativo.

Desta forma, a análise qualitativa dos dados foi realizada por meio da Análise de Discurso (AD), fundamentada em uma perspectiva feminista pós-estruturalista. A AD, conforme Orlandi (2003), reconhece a linguagem como prática social, sendo constituída por uma multiplicidade de sentidos que emergem das relações de poder e dos contextos históricos. Butler (2003) complementa essa visão ao discutir como gênero e sexualidade são performativos, ou seja, construídos e reiterados por meio de práticas discursivas.

Nesse sentido, os discursos analisados nos resumos do SIC refletem não apenas os conhecimentos acadêmicos, mas também as ideologias e valores sociais que permeiam as discussões sobre gênero e sexualidade. Neste contexto, os procedimentos metodológicos incluíram a busca nos anais eletrônicos da SIC, leitura integral dos resumos selecionados, construção de um panorama sobre as produções e análise dos discursos a partir da AD, considerando texto, formação discursiva e formação ideológica. Como destaca Fairclough (2003), a análise crítica do discurso permite explorar como as estruturas linguísticas refletem e sustentam relações de poder, sendo uma ferramenta valiosa para compreender as complexidades das temáticas de gênero e sexualidade no ambiente acadêmico. Além disso, a perspectiva feminista pós-estruturalista enfatiza a desconstrução de narrativas normativas, promovendo uma análise mais inclusiva e crítica dos discursos (Weedon, 1997).

Sendo assim, como problema de pesquisa, questiona-se como os conceitos de gênero e sexualidade estão sendo trabalhados por estudantes e docentes na universidade. A escolha do SIC como espaço de investigação é justificada por seu caráter interdisciplinar e sua relevância como arena de produção e troca acadêmica, proporcionando um ambiente privilegiado para identificar, problematizar e ampliar a compreensão desses conceitos no âmbito acadêmico. A produção científica gerada no SIC pode ser entendida, portanto, como uma expressão das práticas sociais e

ideológicas que influenciam a construção do conhecimento sobre gênero e sexualidade na universidade.

Apresentação, análise e interpretação dos dados

Levantamento dos resumos publicados no site de anais SIC

A primeira etapa desta pesquisa iniciou através de um levantamento dos resumos publicados no site de anais do Seminário de Iniciação Científica (SIC) no período de 2013 até 2019 a fim de obter os resumos que continham no título e/ou no corpo do texto os descritores previamente selecionados pelas autoras (Quadro 1). Além destes descritores prévios, durante o levantamento, ampliamos os descritores conforme leitura dinâmica dos títulos e dos resumos publicados no site. Sendo assim, identificamos e consideramos em nossa análise, além dos descritores prévios, os descritores coletados, conforme apresentados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Descritores prévios *versus* Descritores coletados

DESCRITORES PRÉVIOS	Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual, Opção Sexual, Identidade Sexual, Identidade de Gênero, Feminilidades, Masculinidades, Transgênero, Transexual, Travesti, Pansexual, Bissexual, <i>Queer</i> , Assexual, LGBT, LGBTTT
DESCRITORES COLETADOS	Heteronormativa(o); Oposição binária; Sexo; Feminismo; Teorias feministas; Trans; Cisgenderidade; feminilização; feminização; feminista; sexista; patriarcal; feminino; masculino; mulher; homens; heterossexismo; transexualidade; Processo Transexualizador; Heteronormativa/o; Binária; Heteronormatividade; Femicídio; Cisheteronormativa; Heterossexualidade; transgenitalização

Fonte: elaboração própria.

Por meio destes descritores, chegou-se a um total de 46 resumos que, em uma segunda análise, com uma leitura mais atenta ao conteúdo dos resumos, respeitando os critérios de inclusão, chegou-se ao número de 41 resumos e, em terceira análise mais conclusiva nesta etapa inicial do processo metodológico, restaram 38 resumos, conforme quadro 2. O critério principal e único para justificar a retirada de alguns resumos entre as três etapas de análise para inclusão/exclusão se dá pelo conteúdo de cada resumo analisado, pois o cruzamento dos descritores prévios com os descritores coletados resultou na soma de descritores-chave e posterior análise do conteúdo em si. Destes 38 resumos analisados, são quatro áreas do conhecimento contempladas, sendo: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Exatas, da Terra e Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas. As áreas de conhecimento que mais apresentaram resumos no período analisado (2013-2019) foram as áreas de Ciências Humanas, com 18 resumos, e de Sociais Aplicadas, com 13 resumos.

Para fins de comparação, evidencia-se um total de 1463 resumos apresentados no evento científico em questão, sendo a área predominante a de Ciências Biológicas e da Saúde, com 621 resumos, seguida respectivamente por Ciências Exatas, da

Terra e Engenharias, com 315 documentos, Ciências Humanas, com 290 trabalhos, e Ciências Sociais Aplicadas, com 237 resumos (Quadro 2).

Quadro 2 - Totalizadores: Resumos por área *versus* Resumos selecionados por área

TOTAL resumos por área	Qtde	TOTAL resumos selecionados	Qtde
Ciências Biológicas e da Saúde	621	Ciências Biológicas e da Saúde	6
Ciências Exatas, da Terra e Engenharias	315	Ciências Exatas, da Terra e Engenharias	1
Ciências Humanas	290	Ciências Humanas	18
Ciências Sociais Aplicadas	237	Ciências Sociais Aplicadas	13
TOTAL:	1463	TOTAL:	38

Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, evidencia-se que do total de trabalhos apresentados no decorrer das sete edições do evento aqui analisado (1.463), apenas 2,6% (38 resumos selecionados) abarcam os temas de gênero e sexualidade e/ou trazem no texto elementos sobre a temática. Sendo assim, por área de conhecimento, identificou-se que 6,2% dos resumos selecionados são da área de Ciências Humanas, 5,5% nas Ciências Sociais Aplicadas, 1,0% nas Ciências Biológicas e da Saúde e 0,3% nas Ciências Exatas, da Terra e Engenharias.

Conceitos historicamente em (des)construção

Mediante os dados apresentados, torna-se essencial destacar como as questões de gênero e sexualidade são abordadas cientificamente e socialmente em um processo histórico contínuo de construção e desconstrução. Os discursos sobre gênero, em âmbito internacional, originaram-se nos movimentos sociais, com ênfase inicial nas experiências das mulheres e nas opressões enfrentadas por elas em relação aos homens. Gradualmente, esses discursos foram incorporados ao âmbito acadêmico, ampliando seu alcance e complexidade. Segundo Scott (1995), o conceito de gênero foi introduzido como uma categoria útil de análise para compreender as relações de poder inscritas nas construções sociais das diferenças sexuais. Essa perspectiva trouxe uma dimensão crítica às ciências sociais, evidenciando como as estruturas sociais reproduzem desigualdades de gênero e naturalizam diferenças hierárquicas.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o conceito de gênero passou a ser utilizado nas ciências sociais, não apenas para denunciar as opressões sofridas pelo gênero feminino, mas também para analisar como as normas sexistas e heteronormativas permeiam a produção do conhecimento. Conforme Narvaz (2009), essa abordagem evidenciou os riscos de generalizações universalistas que tomam o masculino como padrão, desconsiderando a diversidade de experiências de gênero. Posteriormente, nos anos 1990, os estudos queer emergiram como uma crítica às normatividades heterossexuais e às essencializações de gênero, ampliando as análises ao incorporar interseccionalidades como classe, raça e sexualidade (Narvaz

& Koller, 2007; Narvaz, 2009). Butler (1990), nesse contexto, introduz o conceito de performatividade, argumentando que o gênero é reiterado por práticas discursivas e não por uma essência natural.

No Brasil, o conceito de gênero começou a ganhar espaço no meio acadêmico apenas na década de 1990, inicialmente vinculado ao sexo biológico, conforme apontado por Dinis (2008). Essa visão essencialista, predominante em áreas como Biologia, Sociologia e Psicologia, teve forte influência na educação, especialmente nos currículos escolares, onde reforçou concepções patriarcais e heterossexuais (César, 2009; Nogueira, 2001). Contudo, estudos feministas começaram a questionar essa naturalização, promovendo a desconstrução dessas bases epistemológicas e ampliando as discussões para perspectivas críticas e interseccionais (César, 2009; Dinis, 2008; Narvaz & Koller, 2007).

Nas universidades, gênero e sexualidade são frequentemente acionados como conceitos centrais para investigações e discussões emergentes. Borges et al. (2013) destacam as universidades como espaços de (re)produção de saberes, onde normas sociais e formas morais de comportamento são prescritas, muitas vezes reproduzindo estruturas de poder e desigualdade. Além disso, o meio acadêmico constitui um campo discursivo que, segundo Souza (2017), molda versões, redefine conceitos e omite perspectivas, influenciando as representações e significados atribuídos ao mundo social.

No que diz respeito à educação, os currículos universitários têm sido criticados por sua matriz heteronormativa e masculina (César, 2009). Estudos como os de Dinis (2008) evidenciam que a abordagem de gênero e sexualidade nos currículos ainda é amplamente fundamentada em perspectivas essencialistas, legitimadas pelas ciências biológicas, reforçando a necessidade de transformações epistemológicas e pedagógicas. Narvaz e Koller (2007) apontam que essa lacuna é especialmente visível nos currículos de graduação, onde a discussão sobre gênero e sexualidade é restrita a áreas específicas, como as Ciências Humanas e Sociais, limitando sua transversalidade e impacto.

Portanto, a análise dos discursos acadêmicos revela não apenas a reprodução de normatividades, mas também a potencialidade para desconstrução e reconstrução de significados. Como ressalta Butler (1990), o questionamento das normas permite expandir os horizontes teóricos e práticos, desafiando estruturas rígidas e promovendo novas formas de compreensão e ação.

Categorias de análise conforme perspectiva teórica

A segunda etapa desta pesquisa deu-se através de uma categorização dos resumos selecionados a partir da perspectiva teórica adotada nos trabalhos analisados, aqui identificado como campo de análise. Desta forma, constatamos que as questões de gênero e sexualidade são apresentadas nos trabalhos selecionados através de, majoritariamente, três perspectivas teóricas, sendo estas: Essencialista, Construtivista Social e Desconstrutivista. Vale mencionar que, a definição e uso dessas perspectivas teóricas fundamenta-se em sua amplitude e conexões possíveis relacionadas ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, sendo amplamente discutidas e aplicadas em abordagens qualitativas devido à sua capacidade de

oferecer análises diversificadas. Neste sentido, enquanto a perspectiva Essencialista busca compreender as questões de gênero e sexualidade a partir de características inatas ou biologicamente determinadas, a perspectiva Construtivista Social enfatiza a construção social e histórica dessas categorias, e a perspectiva Desconstrutivista desafia narrativas fixas, explorando as multiplicidades e fluidez dessas identidades e discursos.

Conforme Miranda e Alencar (2016, pp. 188-190), as abordagens epistemológicas Essencialista, Construtivista Social e Desconstrutivista oferecem diferentes perspectivas para compreender gênero e sexualidade. A perspectiva Essencialista, por exemplo, caracteriza a sexualidade como intrínseca à natureza humana, baseando-se na ideia de que os instintos sexuais ou a energia sexual explicariam os comportamentos distintos entre os gêneros masculino e feminino. Já a perspectiva Construtivista Social defende que gênero e sexualidade são construções sociais, culturais, políticas e históricas realizadas sobre um corpo biológico, problematizando a ideia de naturalização. Por sua vez, a perspectiva Desconstrutivista propõe uma ruptura com a dicotomia entre essencialismo e construtivismo, denunciando a ficcionalidade das categorias binárias como macho-fêmea, homem-mulher e heterossexual-homossexual, associando-se ao paradigma Pós-Estruturalista e à Teoria Queer.

Ao analisar os resultados obtidos nesta pesquisa, observa-se como essas três perspectivas teóricas são mobilizadas nas produções acadêmicas das diferentes áreas do conhecimento. Como mostra o Quadro 3, na área de Ciências Humanas há predominância da perspectiva Desconstrutivista, sendo esta identificada em 14 dos 18 resumos analisados. Este dado sugere que, nessa área, as discussões estão alinhadas à crítica às normatividades e aos paradigmas binários, como apontam Miranda e Alencar (2016), e dialogam diretamente com autores Pós-Estruturalistas e da Teoria Queer, como Butler (1990), que questiona as construções culturais que sustentam as categorias de gênero.

Nas Ciências Sociais Aplicadas, verifica-se uma distribuição mais equilibrada entre as perspectivas Construtivista Social (5 resumos) e Desconstrutivista (5 resumos), refletindo a complexidade de temas abordados nessa área, que muitas vezes cruzam questões institucionais, culturais e sociais. A presença significativa da perspectiva Construtivista Social nessa área reforça os argumentos de Scott (1995), que destacam o papel das construções históricas e culturais nas relações de poder e na configuração de gênero e sexualidade.

Já na área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, apenas um resumo foi identificado como relevante para esta análise, empregando a perspectiva Essencialista. Esse resultado é consistente com as observações de Grossi (1998), que apontam a dificuldade de integrar as discussões de gênero e sexualidade em campos predominantemente técnicos, onde a naturalização das relações sociais ainda predomina. Por outro lado, nas Ciências Biológicas e da Saúde, observa-se uma prevalência da perspectiva Desconstrutivista (4 resumos de um total de 6). Este dado é significativo, pois reflete uma movimentação em direção à problematização

das normatividades biológicas tradicionalmente associadas a essa área, em consonância com os debates promovidos por Preciado (2008), que desestabilizam as noções essencialistas do corpo e da sexualidade.

Além disso, como enfatizam Miranda e Alencar (2016), as produções acadêmicas que utilizam essas três perspectivas teóricas não são estanques, mas sim campos que dialogam e produzem debates entre si. Essa interação é visível nos dados desta pesquisa, uma vez que as perspectivas Essencialista, Construtivista Social e Desconstrutivista coexistem e, ao mesmo tempo, tensionam os limites das abordagens epistemológicas, gerando possibilidades críticas para a análise das questões de corpo, gênero e sexualidade.

Por fim, os resultados evidenciam que as abordagens desconstrutivistas têm ganhado destaque em áreas tradicionalmente associadas às ciências humanas e sociais, mas ainda encontram resistência em campos das ciências exatas e biológicas, onde as perspectivas essencialistas permanecem mais presentes. Essa constatação reforça a necessidade de ampliar os debates sobre gênero e sexualidade em todas as áreas do conhecimento, promovendo abordagens inter/transdisciplinares que integrem diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas.

Quadro 3 - Área de conhecimento *versus* Perspectiva teórica

Ciências Humanas	Essencialista: 1 resumo	18 resumos
	Construtivista social: 3 resumos	
	Desconstrutivista: 14 resumos	
Ciências Sociais Aplicadas	Essencialista: 3 resumo	13 resumos
	Construtivista social: 5 resumos	
	Desconstrutivista: 5 resumos	
Ciências Exatas, da Terra e Engenharias	Essencialista: 1 resumo	1 resumo
	Construtivista social: 0 resumo	
	Desconstrutivista: 0 resumo	
Ciências Biológicas e da Saúde	Essencialista: 0 resumo	6 resumos
	Construtivista social: 2 resumos	
	Desconstrutivista: 4 resumos	

Fonte: elaboração própria.

Sobre a perspectiva Essencialista

A perspectiva Essencialista compreende os grupos e sujeitos como possuidores de características e identidades inatas, que permanecem imutáveis ao longo do tempo e em diferentes contextos sócio-históricos (Miranda & Alencar, 2016, pp. 39-40). Essa abordagem fundamenta-se na construção dicotômica “nós/eles” e “eu/outro”, onde um grupo é categorizado como padrão ou normal, enquanto os

demais são definidos como “outros” e frequentemente marcados pela exclusão (Woodward, 2005).

Nesse sentido, Cyrino (2011) salienta que as crenças essencialistas sustentam a ideia de diferenças naturais entre os sexos, atribuindo características, habilidades e comportamentos específicos a homens e mulheres. Essa categorização sexual acaba por reforçar estereótipos e moldes sociais/culturais que podem ser utilizados tanto a favor quanto contra determinados grupos.

No presente estudo, identificou-se que a perspectiva Essencialista foi acionada em cinco resumos. Os trechos analisados ilustram a suposta categorização de características intrínsecas entre os sexos. Por exemplo, um dos resumos afirma: “Verifica-se nesta área [das Engenharias], tida como essencialmente masculina, que o perfil de distribuição é muito desigual.” Outro trecho reflete como as mulheres, ao interagirem nesse ambiente, utilizam essas interações para “demarcar sua identidade feminina e geracional.” Esses exemplos reforçam o argumento de Cyrino (2011) de que a categorização essencialista está frequentemente associada a dinâmicas de exclusão e à legitimação de desigualdades de gênero. Ao dialogar com Woodward (2005), pode-se observar que a perspectiva Essencialista contribui para a reprodução de desigualdades estruturais ao naturalizar hierarquias baseadas em diferenças percebidas. Sendo assim, no contexto acadêmico, como evidenciado nos dados analisados, a naturalização de determinadas características associadas aos gêneros perpetua a marginalização de mulheres em áreas tradicionalmente consideradas masculinas, como as Engenharias.

Sobre a perspectiva Construcionista

Em contraposição à abordagem Essencialista, a perspectiva Construcionista desloca o foco para a linguagem como mediadora na construção social de gênero e sexualidade, partindo do princípio de que não existe um saber que antecede o discurso (Borges et al., 2013). Inspirada nas reflexões de Michel Foucault (2005), em História da sexualidade, essa abordagem sustenta que as identidades de gênero e sexualidade não são naturais, mas sim culturalmente e socialmente construídas, variando de acordo com as relações sociais e históricas estabelecidas. Segundo Borges et al. (2013, p. 734), essa construção social permite pensar em formas diversas de viver e de construir identidades, rompendo com as ideias biologizantes e universalizantes da perspectiva Essencialista.

Os dados desta pesquisa corroboram os argumentos de Borges et al. (2013), ao demonstrar que a perspectiva Construcionista esteve presente de forma significativa em diversas produções acadêmicas. Essa abordagem emerge como uma alternativa para problematizar o determinismo biológico presente nas discussões de gênero e sexualidade. Apesar disso, conforme indicado por Borges et al. (2013), o Construcionismo Social limita-se a problematizar gênero e sexualidade, sem, no entanto, ampliar essa crítica ao entendimento do sexo como uma construção social. Essa limitação foi superada pela perspectiva Desconstrutivista, que radicaliza os questionamentos e expande a análise crítica para o conceito de sexo. Ao comparar a perspectiva Construcionista com a Essencialista, é evidente que o Construcionismo oferece um quadro analítico mais flexível e dinâmico, capaz de abarcar a diversidade

das experiências de gênero e sexualidade. No entanto, como apontam Foucault (2005) e seus seguidores, a própria construção discursiva pode se tornar um campo de poder que precisa ser continuamente questionado e desconstruído.

Sobre a perspectiva Construtivista Social

A análise dos resumos selecionados revelou que a perspectiva Construtivista Social foi acionada em 10 trabalhos, destacando principalmente a vulnerabilidade social atribuída às mulheres. Essa abordagem também discutiu as transformações socioculturais relacionadas ao gênero feminino ao longo das décadas, embora frequentemente mantendo uma ligação com o conceito de sexo biológico. Essa relação reflete a tensão teórica observada por autores como Borges et al. (2013), que apontam para a importância do discurso na construção das identidades de gênero e sexualidade, mas que, no construtivismo, ainda não questiona de maneira tão radical as noções de sexo biológico como a perspectiva desconstrutivista.

Nos fragmentos analisados, conforme exemplos a continuação, percebe-se que a perspectiva Construtivista Social contribui para problematizar os papéis de gênero e os estereótipos impostos culturalmente. Por exemplo, um dos resumos entende o gênero como um sistema de dominação e exploração, regido por normativas sociais que regulam os corpos sexuados e determinam estereótipos. Esse argumento está alinhado às reflexões foucaultianas sobre como os discursos moldam as relações de poder e capturam os corpos na lógica normativa (Foucault, 1977).

Entende-se gênero como um sistema de dominação-exploração, regido por normativas sociais que incidem sobre os corpos sexuados, regulando-os e determinando estereótipos e papéis a serem exercidos pelos indivíduos. O gênero é produto das relações sociais e seus mecanismos de captura transbordam sobre todos os campos do conhecimento e vida social, dentre eles cultura e educação. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

A feminilização na terceira idade é um processo que mostra modificações evidentes na estrutura etária do Brasil, pois elas vivem, em média, sete anos mais do que os homens e estão vivendo mais do que nunca. [...] Nos dias atuais, as mulheres não são mais vistas apenas como cuidadoras do lar e da família, os papéis mudaram e tarefas que antes competiam aos homens como o mercado de trabalho hoje são realizadas por mulheres também. As mudanças socioculturais que o país vem sofrendo nas últimas décadas estão influenciando o envelhecimento populacional, pois o processo de envelhecer não é somente determinado pela cronologia e fatores físicos, mas também pela condição social, pelo ambiente onde vivemos e por nossa singularidade. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

[...] o presente trabalho oferece aos estudiosos afeitos ao tema a oportunidade de reverem, ao menos até onde estendeu-se a busca, as condições sob as quais se desenvolve o grupo feminino atualmente engajado no mercado de trabalho. [...] O correto reconhecimento no mercado de trabalho, principalmente aquele que se apresenta na forma monetária, não é nada menos que um direito, e, quando abordado sob uma perspectiva de gênero, já está, inclusive, explicitamente garantido no art. 5º, I, da

Constituição Federal brasileira. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

[...] através da perspectiva de gênero feminino, a lei da migração como um instrumento de enfrentamento à violência de gênero de mulheres migrantes no Brasil. Sabe-se que são várias as violências vividas pelas mulheres, porém, num contexto de processo migratório, os riscos são maiores, restando mulheres vulneráveis às violências de discriminação, estupro, tráfico de mulheres (para fins sexuais e laborais), dentre outras. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Além disso, os dados analisados demonstram como a perspectiva Construtivista Social enriquece as discussões sobre mudanças socioculturais, como na feminilização da terceira idade e no engajamento crescente das mulheres no mercado de trabalho. Esses fenômenos são analisados à luz das relações de poder e das transformações estruturais que impactam a construção de identidades de gênero. Como aponta Butler (2003), a linguagem desempenha um papel central na constituição das subjetividades, sendo responsável tanto pela reprodução quanto pela contestação de normatividades. Os resumos também destacaram a vulnerabilidade das mulheres em contextos migratórios e em relação à violência de gênero, revelando a interseccionalidade das opressões. Esse ponto dialoga com autores como Crenshaw (1991), que introduz a ideia de interseccionalidade para abordar como gênero, raça, classe e outros marcadores sociais de diferença interagem em contextos de desigualdade.

Sobre a perspectiva Desconstrutivista

A perspectiva Desconstrutivista, representada principalmente pelo pensamento de Butler (2003), foi identificada em 23 resumos. Essa abordagem amplia as críticas ao Construtivismo ao questionar a própria noção de verdade sobre sexo, gênero e sexualidade. Butler argumenta que essas categorias são construídas por práticas reguladoras binárias e heterossexualizadoras que produzem identidades coerentes e unitárias, mas que, ao mesmo tempo, excluem aqueles que não se conformam a essas normatividades.

Os resumos que acionaram a perspectiva Desconstrutivista destacaram a forma como discursos normativos sobre gênero, sexualidade e raça são perpetuados por diferentes instituições, como religiões, sistemas educacionais, políticas públicas e leis, conforme exemplos a seguir. Esses discursos não apenas criam e reforçam padrões, mas também subjetivam os corpos e limitam as possibilidades de expressão. Essa análise está em consonância com a noção de poder disciplinar e biopolítico de Foucault (1977) e com as críticas de Butler à naturalização das categorias identitárias.

Um exemplo relevante é o debate sobre a cisheteronormatividade e o racismo estrutural no Brasil, que reforçam formas de violência simbólica e material. Esses discursos normativos são problematizados pela Teoria Queer, que desloca a ênfase da centralidade das identidades fixas para considerar práticas dissidentes, como aponta Borges et al. (2013). Nesse sentido, a Teoria Queer desafia as noções de identidade como algo fixo e natural, oferecendo uma abordagem mais fluida e inclusiva. Os resumos também abordaram questões como as políticas públicas

voltadas à diversidade de gênero e sexualidade, revelando a disputa de poder entre discursos médicos e jurídicos que legitimam ou contestam determinadas identidades. Esses debates ilustram o potencial crítico da perspectiva Desconstrutivista para problematizar estruturas de poder e transformar práticas normativas.

Sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (Butler, 2003, p. 38).

O gênero é entendido como um elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos. Desta compreensão de gênero emergem conceitos normativos, expressos discursivamente, que denotam interpretações dos significados dos símbolos associados aos modos de se conduzir e se comportar que tentam limitar e conter suas possibilidades de expressão. Esses conceitos encontramos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma de uma oposição binária fixa. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

[...] a existência de um modelo hegemônico de ser e estar no mundo, como o modelo patriarcal, baseado na heteronormatividade, no racismo estrutural e na ideia de democracia racial no Brasil, fundamentam a perpetuação e legitimação de algumas formas de violência e do não reconhecimento delas como tais [...] No entanto, condições históricas sociais, responsáveis por influenciar culturalmente a maneira como enxergamos os signos corporais tidos como feminino ou masculino, foram marcados por uma matriz cisheteronormativa – categoria que engloba cisgeneridade e heterossexualidade como elementos compulsoriamente esperados em cada criança que nasce, definindo, desta forma, o gênero pela genitália. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Com a preocupação de expor as representações sobre as relações de gêneros contidas no processo criminal, discute-se as práticas relativas à sexualidade e a afetividade compartilhadas por setores populares da sociedade. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

O campo das políticas públicas de educação e os projetos pedagógicos relacionados à diversidade sexual e de expressões de gênero podem ser descritos como uma transformação do dispositivo da sexualidade, tal como descrito inicialmente por Michel Foucault, transformação esta que se evidencia a partir das disputas pela legitimidade política, moral e científica dos distintos saberes e discursos que tomam a sexualidade como objeto. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Abordam-se aqui dois paradigmas que têm disputado poder em relação a esta temática. Por um lado, a compreensão médica da necessidade do diagnóstico psiquiátrico como via que possibilita a legitimação das

modificações corporais que o sujeito almeja. Por outro, o entendimento de que o gênero é autodeterminado, não necessitando de um diagnóstico que o confirme. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

[...] problematizar como os diferentes discursos sobre inclusão que circulam nessa mídia transformam-se em estratégias de governamento da população, tomando a inclusão como um imperativo. [...] veremos que os sujeitos passíveis de inclusão são: negros/as, mulheres, mulheres encarceradas, homossexuais. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

[...] tem por objetivo analisar os processos de normalização e de sofrimento social referentes ao ser feminino, bem como suas técnicas de resistência a esses processos de subjetivação [...] A constituição do sujeito feminino obedece a esses processos [técnicas de disciplina, normalização e poder], onde este é subjetivado através de discursos de normas sociais e das relações desiguais na sociedade, marcado pelo poder, que assinalam quais são as formas "corretas" e desejáveis do sujeito identificado como feminino se manifestar. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Produzindo saberes e priorizando análise através da teoria Desconstrucionista, a perspectiva *queer* surge para fugir do foco das comunidades específicas, fixas e impostas para tratar o questionamento do espaço do sujeito moderno, para considerar todos os que se consideram dissidentes das visões normativas. Conforme trata Borges e colaboradores (2013), “com o conceito *queer*, portanto, há um deslocamento na ênfase em se considerar a centralidade das identidades sexuais para se considerar as práticas sexuais abrigadas sob o guarda-chuva dos diferentes” (p. 735). Pode-se entender, então, que, diferente de outras perspectivas, a teoria *queer* realiza uma ruptura na compreensão da identidade como algo fixo, coerente e natural.

Formações discursivas e marcadores sociais da diferença

Além das perspectivas teóricas e, a partir das leituras e análise crítica dos resumos, identificou-se algumas formações discursivas onde os temas citados vão ao encontro das questões de gênero e sexualidade enquanto marcadores entrais em nossa pesquisa. Tais temas formatam o objeto discursivo de cada texto analisado, sendo assim, organizamos tal informação - que é de suma importância - em alguns marcadores sociais da diferença, devido a variedade de termos/conceitos acionados pelas/os autoras/es dos resumos (conforme quadro 4).

Quadro 4 - Objetos discursivos por marcadores sociais da diferença

MARCADORES	OBJETOS DISCURSIVOS
Raça/Cor/Território	Mulheres negras/brancas/migrante/campesinas/refugiada
Espaços/Contextos	Políticas públicas/Mercado de trabalho/Educação

Questões de gênero	Binarismo/Performatividade de gênero/Identidade de gênero/Violência de gênero/Desigualdade de gênero/Papéis de gênero/Diferenças de gênero/Igualdade de gênero/Discriminação de gênero/Diversidade de gênero/Inclusão de gênero/Estereótipos de gênero/Expressão de gênero/Relações de gênero/Pessoas trans/Nome social/Disforia de gênero/LGBT
Sexo/Corpo/Envelhecimento	Sexo biológico/Diferenças de sexo/Corpo biológico/Mulheres jovens/Mulheres adultas/Mulher idosa/Homem idoso/Feminização da velhice
Questões de sexualidade	Diversidade sexual/Pessoas trans/Nome social/Homossexualidade/LGBT
Lutas/Direitos	Teorias feministas/Empoderamento feminino/Resistência feminina/Violência doméstica/Mulheres vítimas/Proteção à mulher/Incentivo atuação feminina/Direitos das mulheres/Garantias legais da mulher

Fonte: elaboração própria.

Através da análise foi possível identificar que a questão norteadora que atravessa as três perspectivas – Essencialista, Construtivista Social e Desconstrutivista –, presente na maioria dos resumos, parte das desigualdades existentes entre os gêneros homem e mulher em diversos âmbitos como direitos civis, políticas públicas, educação e mercado de trabalho. Assim, o marcador “Espaços/Contextos” se entrecruza com os marcadores “Raça/Cor/Território”, “Questões de gênero” e “Lutas/Direitos”.

Em estudo realizado por Smith e Santos (2016) acerca das questões de gênero e direitos humanos, os autores apresentam que, nos últimos anos, vemos dados alarmantes veiculados nas mídias sobre diversos tipos de violência cometida contra pessoas LGBT+ (gays, lésbicas, travestis, transgêneros, transexuais e outros). Os autores afirmam que tal violência parte de uma sociedade desigual que não compreende as diferenças de gênero e sexualidade enquanto condição humana, e apontam para a necessidade de se discutir e produzir dados acerca das ações concretas que devem ser operacionalizadas em prol dos direitos com recorte de gênero (Smith e Santos, 2016). Sobre o tema de direitos identificamos que:

A desigualdade permeia (...) o cenário atual, havendo lutas pelo reconhecimento de direitos de grupos ainda marginalizados (...) na observação dos casos referentes à questão de gênero, a vulnerabilidade deste grupo é destacada no momento em que seus direitos são violados por apresentarem características pertencentes ao próprio grupo. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

E, especificamente, dos direitos da mulher:

(...) é importante que ocorra o resgate da dignidade de todas as mulheres vítimas da violência doméstica e familiar, mostrando que elas merecem todo o respeito e atenção, bem como apresentar quais são seus direitos, criando estruturas para a prevenção e demonstrando que as mulheres devem denunciar agressões sem medo. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Sendo assim, Smith e Santos (2016) apontam que é importante buscar novas “lentes” para além das categorias naturalizadas homem/mulher e heterossexual/homossexual/bissexual, pois é necessário vislumbrar na esfera dos direitos a existência de outras discussões, como por exemplo, os debates emergentes da Teoria *Queer* em que se identifica uma ramificação de conceitos que tratam o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade.

No campo da educação, Alvarez e colaboradores (2017) trazem a perspectiva de que pessoas e grupos são protagonistas e/ou vítimas da discriminação ao vincular o gênero com educação sobre o exercício da cidadania, sendo por motivos de um pensamento essencialista e binário que traz dissemelhanças e acarreta hierarquias ou, então, um olhar de desvio para o tradicional e normal. Por este motivo, é necessário que seja reconhecida a discriminação para que seja possível trabalhar no combate dela, visto que o silenciamento impacta diretamente neste fenômeno.

A educação e o sistema escolar, em particular, partilham, inevitavelmente, dos alicerces sexistas em que se fundamenta a desigualdade social entre mulheres e homens e que são comuns a todos os outros sistemas sociais, do mercado de trabalho e emprego à academia, da política à cultura. (Alvarez et al., 2017).

Sobre o âmbito do mercado de trabalho, Lima (2018) aponta que em diversos segmentos sociais ocorrem discriminações e diferenciações, especialmente no mercado de trabalho, onde a mulher enfrenta disparidades na área social e cultural, onde tem como posição a de um ser submetido à supremacia do homem, o que vem ao encontro com as desigualdades de classes. Rago (2009) apresenta uma discussão acerca do universo do trabalho feminino no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e afirma que grande parte do proletariado nessa época era constituída por mulheres e crianças. Naquela época, os obstáculos vividos e enfrentados pelas mulheres para acessar o mundo do trabalho eram intensos, independentemente da classe social (Rago, 2009).

Nesse sentido, em alguns resumos a questão do mercado de trabalho aparece enquanto lugar onde ainda existe desigualdade salarial entre homens e mulheres e que tal problema social deve ser constantemente questionado e combatido:

(...) questionar algo que já se mostra como normal em uma sociedade permite gerar novos olhares sobre o assunto e, portanto, mudanças efetivas que contribuam para uma realidade mais igualitária. A jornada das mulheres rumo à sua autonomia econômica é um problema social que, sem o devido debate, não traria soluções possíveis. O correto reconhecimento no mercado de trabalho, principalmente aquele que se apresenta na forma monetária, não é nada menos que um direito, e, quando abordado sob uma perspectiva de gênero, já está, inclusive, explicitamente garantido no art. 5º, I, da Constituição Federal brasileira. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Além disso, é interessante identificar alguns marcadores aqui apresentados que fazem referência a um mesmo fenômeno e acionam diferentes objetos discursivos de nosso interesse, por exemplo:

(...) a mulher [refugiada] ainda precisa lidar com a subjugação de gênero no âmbito do trabalho, vez que, mesmo com habilitação e experiência para

exercer cargos em universidades, escritórios e hospitais, na maior parte dos casos restam-lhe apenas oportunidades na área de limpeza no novo país. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Isto é, no fragmento acima é possível identificar uma relação entre a mulher refugiada no contexto de trabalho enquanto implicadores sociais na realidade, considerando que as/os autoras/es apontam que mesmo havendo habilitação/titulação, a mulher refugiada vive a realidade de subjugação de gênero, além das discriminações decorrentes de sua condição de refúgio em um novo país.

Assim, ainda em consonância com uma cultura sexista e estigmatizante sobre as variadas formas de assédios (familiar, social e laboral), a mulher continuamente é colocada em frente a diversas diferenciações em variadas esferas sociais, sendo uma delas a diferenciação salarial entre homens e mulheres, oportunidades em trabalho informal, mal remunerado e não qualificado (Lima, 2018). Nesse sentido, os resumos apontam ainda para uma relação entre mulheres camponesas e homens que trabalham em contexto rural enquanto objetos discursivos em relação a papéis de gênero, trabalho e identidade:

(...) papel delas [mulheres camponesas] ainda é considerado 'ajuda', mais estritamente relacionado aos processos que envolvem cuidado com a casa, crianças, não relacionados ao trabalho primário. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

(...) que representa o masculino neste espaço, tendendo a trabalhar na roça até idades avançadas. O trabalho se apresenta para estes sujeitos também enquanto identidade, e a impossibilidade de executá-lo acarreta no rompimento com os sentimentos de inserção, pertencimento e integração ao meio social. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

A autora Cyrino (2011) aponta que as questões de feminilidade e masculinidade não são representações universais/estáveis/imutáveis e não podem ser generalizadas. Isto é, a construção social sobre o que é ser masculino e o que é ser feminino não é homogênea na sociedade e é atravessada por questões que devem ser consideradas enquanto marcadores sociais importantes das diferenças que habitam cada ser humano (raça, classe social, valores, o tipo de socialização etc.) (Cyrino, 2011).

Outra questão identificada a partir da análise dos resumos foi em relação às temáticas que tratam da população LGBT+, no que tange o entrecruzamento entre o marcador “Espaços / Contextos” e os marcadores “Questões de gênero”, “Sexo / Corpo / Envelhecimento” e “Questões de sexualidade”. Assim, identifica-se temas como identidade e performance de gênero e políticas públicas voltadas às especificidades dos grupos que compõem a população LGBT+. Porém, estas só foram identificadas nos resumos que partem das perspectivas Construtivista Social e Desconstrutivista. A falta de discussão dessas temáticas pela perspectiva Essencialista se dá, como já apontado, por meio do entendimento de caráter biologicista que define sexo e gênero como iguais/semelhantes e onde as características dos sujeitos são inatas. Isto é, que não reconhece as diferenças de gênero e sexualidade enquanto condição de ser e estar no mundo, para além da heteronormatividade.

No âmbito das políticas públicas de saúde, encontramos dados referentes ao acesso da população LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto tema que é debatido de forma interdisciplinar, tendo em vista a produção de discursos que discorrem entre corpo, gênero e sexualidade. Desde uma perspectiva Construtivista social, a questão do processo transexualizador no SUS, por exemplo, é apresentado enquanto um processo que “*através do corpo, reitera-se o que se constitui como sexo e gênero legítimos, sexualidade normal e identidades socialmente adequadas.*” (fragmento do resumo selecionado nesta pesquisa). Além disso, a questão do acesso à saúde pública em nosso país é apontada enquanto problemática para as mulheres, tendo em vista o “*(...) atendimento precário à mulher na saúde pública.*” (fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Enquanto última questão identificada durante a análise dos resumos, identifica-se a temática de políticas públicas voltadas para minorias sociais, no entrecruzamento entre os marcadores “Espaços / Contextos” e “Raça / Cor / Território”. Importante mencionar que tal temática só é levantada a partir da perspectiva Desconstrutivista, o que evidencia a invisibilidade de tais temáticas no âmbito de discussão das demais perspectivas aqui analisadas, bem como evidencia a presença de discussões sobre decolonialidade – conceito que discute a binariedade humanos/não humanos através dos marcadores sociais da diferença, gênero, raça e classe, dentro de um sistema de colonialidade que classifica e dá sentidos aos corpos (Gomes, 2018).

Assim, quanto às políticas públicas, identificou-se alguns dados lançados através dos resumos para contextualizar especificidades e demandas que devem ser levantadas, apresentadas e atendidas através de políticas públicas para minorias sociais, por exemplo:

*(...) as estratégias inclusivas estão voltadas, majoritariamente, para: imigrantes, população negra, população LGBT e mulheres (...) a inclusão emerge para dar visibilidade e oportunidade aos grupos historicamente excluídos e postos à margem. (...) inclusão como uma 'atividade' necessária e de responsabilidade de todos, onde as pessoas devem estar incluídas em diferentes espaços e, muitas vezes, assistidas por determinadas **políticas públicas**.* (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa, grifo nosso).

No fragmento anterior podemos identificar o conceito de inclusão enquanto atividade que reconhece as diferenças entre sujeitos que vivem à margem da sociedade, dentre eles a população LGBT+ e mulheres e que, através da inclusão, tratam, muitas vezes, as políticas públicas enquanto via possível para consolidação de seus direitos – constitucionalmente previstos e, majoritariamente, promovidos através das políticas públicas. Sendo assim, há também a discussão entre gênero e raça enquanto elemento constitutivo na formulação de políticas públicas:

(...) há críticas sobre como e se é realizado o enfoque de gênero e raça na elaboração das políticas públicas, já que para dar conta das questões citadas, é necessário que haja um olhar direcionado para as especificidades das mulheres negras, ou seja, para a interseccionalidade, no caso entre gênero e raça. (Fragmento de resumo selecionado nesta pesquisa).

Em relação aos fragmentos apresentados, podemos articulá-los com aquilo que Gomes (2018) aponta acerca da colonialidade, sendo que “[...] no marco da

colonialidade do gênero, há mais do que um estereótipo, mas um processo em que se nega a determinados corpos o componente construído, cultural, racial, relacional.” (p. 75). Assim, gênero, sexo, raça e classe devem ser analisados em conjunto, uma vez que, em conjunto, produzem estereótipos e discriminações diversas na experiência de vida dos indivíduos e, nesse sentido, certos corpos são constituídos como não humanos e, portanto, destituídos de subjetividades (Gomes, 2018).

Para elucidar a complexidade de se pensar políticas públicas para minorias sociais, elenca-se o conceito de “vidas precárias” (p. 14) de Butler (2015) pois, para a autora, corpos que são destituídos de subjetividade, a partir do entendimento nós-eles, são vidas que não são dignas de direitos, definidos, assim, por conjuntos de categorias e normas sociais, econômicas e políticas que os tornam não merecedoras de proteção ou luto, e, assim, não dignas de políticas públicas atentas para as questões que constituem estes corpos.

Por fim, nos toca destacar a afirmativa da autora Louro (1995) sobre os temas aqui em estudo, quando ela diz que para uma compreensão mais ampla de gênero nos exige um pensamento para além da ideia sobre sujeito-homem e sujeito-mulher, num processo dinâmico, pois não é um processo dado e acabado a partir do nascimento. Os processos de constituição dos sujeitos são construídos através das práticas sociais masculinizantes e feminilizantes, portanto, “em consonância com as diversas concepções de cada sociedade” (p. 103).

Considerações finais

A presente pesquisa permitiu identificar como as questões de gênero e sexualidade são abordadas e trabalhadas em uma universidade comunitária no interior do Rio Grande do Sul, tomando o Seminário de Iniciação Científica como campo de análise. A partir da metodologia da Análise de Discurso, foi possível examinar as principais perspectivas teóricas mobilizadas nos trabalhos apresentados ao longo de sete edições do evento, entre 2013 e 2019. Apesar do expressivo número de resumos apresentados durante o período (mais de mil), menos de 3% trataram de temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, evidenciando a baixa representatividade dessas questões no evento acadêmico. Ainda assim, as análises demonstraram a diversidade discursiva, com produções baseadas em perspectivas Essencialista, Construtivista Social e Desconstrutivista.

O diálogo entre as perspectivas aqui analisadas destaca a importância de abordagens interdisciplinares que reconheçam as interseccionalidades presentes nas dinâmicas de gênero e sexualidade. As produções analisadas refletem como essas temáticas interagem com políticas públicas, direitos humanos, educação, trabalho, raça, território e envelhecimento, evidenciando a necessidade de expandir esses debates para compreender a complexidade das relações sociais e culturais contemporâneas.

Este estudo contribui significativamente ao oferecer uma análise detalhada e contextualizada de como gênero e sexualidade são tratados em uma universidade comunitária, destacando suas particularidades como campo de análise. Reconhecemos que as especificidades desse contexto representam um ponto de partida importante para reflexões futuras, mas que também há necessidade de ampliar e diversificar os campos acadêmicos explorados. Futuros estudos podem investigar como essas temáticas são mobilizadas em diferentes instituições de ensino, incluindo universidades públicas, privadas e internacionais, para mapear as singularidades e potencialidades de cada contexto. Além disso, a análise interinstitucional e comparativa pode fornecer *insights* valiosos sobre o impacto das políticas institucionais, culturais e regionais na produção acadêmica relacionada a gênero e sexualidade. Tais estudos poderiam fortalecer estratégias para integrar essas discussões nos currículos e eventos acadêmicos de forma mais ampla e significativa, promovendo a inclusão e a equidade. Assim, ao oferecer uma base sólida para futuras pesquisas e ao explorar as interações e tensionamentos entre abordagens epistemológicas, este trabalho espera incentivar a continuidade e a ampliação dos debates acadêmicos sobre gênero e sexualidade, de forma crítica, reflexiva e inclusiva. Com isso, reforça-se o papel central da academia como agente transformador, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, reconhecendo as potencialidades e singularidades de cada contexto acadêmico.

Referências

- Alvarez, T., Vieira, C. C. e Ostrouch-Kamińska, J. (2017). Gênero, Educação e Cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades. *Ex aequo*, (36), 9-22, http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602017000200002&lng=pt&nrm=iso
- Alves, R. C. D. P. e Silva, E. L. S. (2016). Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. *Revista Gênero*, 17(1), 83-98. <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31253/18342>
- Anjos, K. P. L. e Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicol. pesq.*, 10(2), 49-56. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200007&lng=pt&nrm=iso
- Borges, L. S., Canuto, A. de A. A., Oliveira, D. P. de; Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicol. cienc. prof.*, 33(3), 730-745. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300016&lng=en&nrm=iso
- Butler, J. (2003 [1990]). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Civilização Brasileira.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In: Poupart, J. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, pp. 295-316.
- César, M. R. de A. (2009). Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". *Educ. rev.*, (35), 37-51.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004&lng=en&nrm=iso
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 12141-12199.
<https://doi.org/10.2307/1229039>
- Cyrino, R. (2011). Essencialismo de gênero e identidade sexual: o caso das mulheres executivas. *Núcleo de Estudos de Gênero - Caderno Espaço Feminino*, 24(1), 79-102.
<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/14219>
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.*, 29(103), 477-492.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200009&lng=en&nrm=iso
- Espín, M. C. (2003). El sexo como juez universal del ser humano. *Revista Sexología y Sociedad*, 9(24), 4-9.
<http://revsexologiaysociedad.sld.cu/index.php/sexologiaysociedad/article/view/261>
- Fairclough, N. (2003). *Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Routledge.
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cad. Pesqui.*, (114), 197-223.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Artmed.
- Foucault, M. (1977) *Vigiar e punir*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Foucault, M. (2005). *História da sexualidade*. Graal, 16. ed.
- Gomes, C. de M. (2018). Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, 18(1), 65-82.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100065&lng=en&nrm=iso
- Grossi, M. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia Em Primeira Mão*, (24), PPGASUFSC.

- Lima, C. R. N. de A. (2018). Gênero, trabalho e cidadania: função igual, tratamento salarial desigual. *Rev. Estud. Fem.*, 26(3), 1-20.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300210&lng=en&nrm=iso
- Louro, G. L. (Org.). (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica.
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867_1567_lourog_uaciralLopescorpoeducado.pdf
- Louro, G. L. (1995). Gênero, história e Educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, 20(2), 101-132.
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>
- May, T. (2004). Pesquisa documental: escavações e evidências. In: May, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Artmed, pp. 205-230.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4543722/mod_folder/content/0/Tim-May-Pesquisa-Social.pdf?forcedownload=1
- Minayo, M. C. de S. (2001). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (8ª ed.). Hucitec.
- Miranda, M. e Alencar, R. (2016). Do essencialismo ao desconstrutivismo: um breve balanço das pesquisas brasileiras sobre homossexualidade e suas interseções com as categorias de corpo e gênero. *Estudos de Sociologia*, 1(22), 183-222. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235702>
- Narvaz, M. G. e Koller, S. H. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, 38(3), 216-233.
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2882/2177>
- Narvaz, M. G. (2009). *A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Tese de Doutorado), Instituto de Psicologia.
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18884>
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cad. Pesqui.*, (112), 137-153.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100007&lng=en&nrm=iso
- Orlandi, E. P. (2003). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes, 5. ed.
- Preciado, P. (2008). *Testo junkie: Sex, drugs, and biopolitics*. The Feminist Press at CUNY.
- Rago, M. (2009). Trabalho feminino e sexualidade. In: Priore, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Contexto, pp. 578-606.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educ. Real.*, 20(2), 71-79. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Smith, A. do S. P. de O. e Santos, J. L. O. dos. (2017). Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. *Rev. Direito Práx.*, 8(2), 1083-

1112. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662017000201083&script=sci_abstract&lng=pt

Soares, Z. P. e Monteiro, S. S. (2019). Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educ. rev.*, 35(73), 287-305.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000100287&lng=en&nrm=iso

Souza, E. de J. (2017). Sexualidade, gênero e currículo: problematização dos discursos biológicos na educação sexual. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis: *Anais Eletrônicos*.

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497396505_A_RQUIVO_Sexualidadegeneroecurriculo_Texto_completo_MM_FG.pdf

Toneli, M. J. F. (2012). Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: Jacó-Vilela, A. M. e Sato, L. (Orgs.). *Diálogos em psicologia social [online]*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 147-167.

<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>

Weedon, C. (1997). *Feminist Practice and Poststructuralist Theory* (2ª ed.). Blackwell.

Woodward, K. (2005). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. da., Woodward, K. e Hall, S. *Identidade e diferença*. Vozes.